



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
Procuradoria da Justiça Militar em São Paulo

EDITAL PJM/SP Nº 02 DE 25 DE MAIO DE 2015

A PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO PAULO – PJM/SP, sediada na Rua Peixoto Gomide, 1038, Jardim Paulista, São Paulo/SP, torna público que realizará **processo seletivo** com vistas à formação do quadro de reserva para contratação de **estagiários de nível superior**, para a Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo, em conformidade com a Lei nº11.788, de 25/09/2008; Portaria PGR/MPU nº378, de 09/08/2010, alterada pela Portaria PGR/MPU nº576, de 12/11/2010; Portaria nº155, de 30/03/2011; Resolução do CNMP nº42, de 16/06/2009, alterada pela Resolução nº62, de 31/08/2010; Portaria PGJM nº105, de 12/04/2011, e as condições contidas neste Edital.

CAPÍTULO I
CONDIÇÕES PRELIMINARES

1. Poderão participar do processo seletivo somente os estudantes regularmente matriculados em instituições públicas e privadas de ensino superior, credenciadas pelo órgão competente e conveniadas com o Ministério Público Militar – MPM, **anexo II**.
2. A jornada das atividades em estágio será de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas, preferencialmente, em 4(quatro) horas diárias, no período vespertino, em horário a ser definido pela PJM/SP, sem prejuízo das atividades discentes.
3. O valor atual da Bolsa de Estágio é de R\$ 800,00(oitocentos reais), sendo que o estagiário fará jus ao auxílio-transporte no valor diário de R\$ 7,00 (sete reais), proporcional aos dias efetivamente estagiados.
4. O estagiário servidor ou empregado público não fará jus à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte.
5. O estagiário terá direito a período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, sempre que o período de duração do estágio for igual ou superior a 1 (um) ano, sendo vedada a conversão em pecúnia, bem como o direito de ausentar-se, sem prejuízo da bolsa de estágio, nos casos previstos no art. 18 da Portaria nº 105/PGJM.
6. O MPM providenciará seguro contra acidentes pessoais dos estagiários contratados.
7. Não haverá qualquer cobrança de taxa de inscrição do candidato.
8. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a PJM/SP o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos.
9. O estágio, nos termos da Lei nº 11.788/08, não criará vínculo empregatício de qualquer natureza com a instituição do Ministério Público Militar.
10. São incompatíveis com o estágio no Ministério Público Militar o exercício de atividades concomitantes em outro ramo do Ministério Público, com a Advocacia, pública ou privada, ou o estágio nessas áreas, bem como o desempenho de função ou estágio no Poder Judiciário ou na Polícia Civil ou Federal.

CAPÍTULO II

DA PRÉ-INScrição E DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

1. Os estudantes interessados em se inscrever neste processo seletivo deverão, inicialmente, realizar a pré-inscrição preenchendo a Ficha de Inscrição para Estágio, disponibilizada no site do Ministério Público Militar: <http://mpm.mp.br/concursos-estagiario/>, no período de **01/06/2015 a 15/06/2015**, considerando-se como extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.
2. A Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
3. Para a confirmação das inscrições, os interessados deverão comparecer na Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo, rua Peixoto Gomide, 1038, Jardim Paulista, São Paulo, das 13:00 às 18:00 horas, no período de **16 de junho de 2015 a 26 de junho de 2015**, munidos dos seguintes documentos:
 - a) carteira de identidade (original e cópia);
 - b) CPF (original e cópia);
 - c) declaração de escolaridade recente, emitida pela instituição de ensino, informando que o aluno está regularmente matriculado.
 - d) histórico escolar (detalhado e atualizado) expedido pela instituição de ensino, constando o total da carga horária/créditos exigidos para a conclusão do curso e o total da carga horária/créditos cursados.
 - e) laudo médico na forma prevista no item 2, alínea “a”, do Capítulo III, no caso de o candidato **se declarar portador de deficiência**.
 - f) declaração específica na forma prevista no item 2, alínea “b”, do Capítulo III, no caso de o candidato optar por participar da seleção pelo Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais.
 - g) instrumento de mandato, no caso de inscrição realizada por procurador.
4. Poderão concorrer às vagas de estágio os estudantes de nível superior que:
 - a) tenham concluído, pelo menos 40% por cento (quarenta por cento) da carga horária ou dos créditos necessários para conclusão do curso superior;
 - b) não venham concluir o curso superior no primeiro semestre de 2015.
5. Os estudantes deverão estar regularmente matriculados e com frequência efetiva nas instituições privadas e públicas de ensino superior conveniadas com o Ministério Público Militar.

CAPÍTULO III

DAS VAGAS

1. As vagas para estagiário de nível superior serão preenchidas durante o período de vigência do presente processo seletivo, mediante convocação dos candidatos aprovados, de acordo com a classificação e da existência de vagas na PJM/SP.
2. Fica reservado o percentual mínimo de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem ou forem criadas no prazo de validade do processo seletivo, para os candidatos portadores de deficiência e para os participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais, conforme Portaria PGJM nº 105, de 12 de abril de 2011.
 - a) A comprovação da deficiência será feita mediante laudo médico, apresentado em original ou cópia autenticada, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, do qual conste expressamente que a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º e incisos do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, e suas alterações.
 - b) Os candidatos participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais devem assinar declaração específica de opção para participar da seleção por esse sistema.
3. Ficam destinadas as vagas 10ª, 20ª, 30ª e assim sucessivamente aos candidatos com deficiência e/ou aos participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais. Havendo as duas situações no processo seletivo, prioritariamente, será convocado o candidato portador de deficiência e, na vaga seguinte, 11ª, 21ª, 31ª e assim sucessivamente, será convocado o candidato participante do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais que atender os requisitos estabelecidos na

Portaria do item 2 deste Capítulo.

4. As vagas reservadas não preenchidas por estudantes portadores de deficiência serão destinadas aos demais candidatos habilitados, com a estrita observância da ordem de classificação do processo seletivo.

5. As prováveis vagas serão distribuídas de acordo com os cursos abaixo discriminados:

CURSO	VAGAS PROVÁVEIS
Administração (Adm. Empresa/Adm. Pública/Gestão Pública)	1
Direito	5

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO SELETIVO

1. As informações sobre o dia, horário e local da prova serão divulgadas entre os dias **29/06/2015 e 02/07/2015**, no endereço <http://mpm.mp.br/concursos-estagiario/>

1.1 A prova de seleção será realizada no dia **02 de julho de 2015**, com início às **14 horas**, na sede da Procuradoria da Justiça Militar em São Paulo localizada na Rua Peixoto Gomide, 1038, Jardim Paulista, São Paulo.

1.2 O processo seletivo será composto de 1 (uma) etapa, conforme a seguir:

I – estudante do curso de Direito

a) prova objetiva de conhecimentos Específicos (20 questões distribuídas nas áreas de Direito Constitucional, Direito Penal e Direito Processual Penal – versarão sobre as matérias elencadas no **Anexo I** deste edital);

b) prova objetiva de Língua Portuguesa (10 questões – versarão sobre as matérias elencadas no **Anexo I** deste edital).

II – estudantes do curso de Administração

a) prova objetiva de Conhecimentos Específicos (20 questões, versarão sobre as matérias elencadas no **Anexo I** deste edital);

b) prova objetiva de Língua Portuguesa (10 questões - versarão sobre as matérias elencadas no **Anexo I** deste edital).

2. As provas terão duração de 4 (quatro) horas.

2.1 Nas provas objetivas cada questão terá o valor de 1(um) ponto, sendo as questões do tipo múltipla escolha, com uma única resposta correta;

2.2 O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção.

2.3 O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser observadas as orientações específicas contidas nas Instruções ao Candidato. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

2.4 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações incorretas na Folha de Respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada e campo de marcação não-preenchido.

2.5 As marcações incorretas na Folha de Respostas acarretarão a anulação da questão.

3. O candidato deverá comparecer ao local designado para as provas com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário fixado para seu início, munido de caneta esferográfica azul ou preta, do comprovante de inscrição e do documento de identidade original.

3.1 A partir das **13 (treze) horas e 50 (cinquenta) minutos**, pontualmente, **não** será permitida a entrada dos candidatos no estabelecimento onde será aplicada a Prova e, às **14 (quatorze) horas**, exatamente, a Prova terá início, sendo vedada a entrada de candidatos nas salas após este horário.

3.2 O candidato que não apresentar documento de identidade oficial não poderá realizar as provas.

3.3 As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, dentre outros materiais.

3.4 O candidato não poderá retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Provas.

CAPÍTULO V DA CLASSIFICAÇÃO

1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem acerto igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do total das provas objetivas.
2. Se o percentual corresponder a número fracionário, será admitido o arredondamento para a unidade imediatamente superior, desde que não seja superior a 1(um) décimo.
3. A lista final de classificação dos candidatos será elaborada mediante ordenação decrescente das notas finais, e será utilizada para a convocação dos estudantes de acordo com o surgimento de vagas, seguindo-se rigorosamente a sua ordem.
4. A classificação será efetuada mediante a apuração do total de pontos obtidos nas provas, utilizando-se como critérios de desempate os seguintes parâmetros, nesta ordem:
 - a) maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
 - b) maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
 - c) candidato de maior idade.
5. A homologação do resultado final dar-se-á por meio de Portaria da Procuradoria de Justiça Militar EM São Paulo, com divulgação no sítio <http://mpm.mp.br/concursos-estagiario/>

CAPÍTULO VI DA CONVOCAÇÃO

1. A convocação dos candidatos aprovados será realizada por meio de mensagem de correio eletrônico e por telefone, constantes na ficha de inscrição.
2. Será de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seus dados pessoais junto à Secretaria da Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo.
3. O candidato convocado deverá entrar em contato com a Secretaria da Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo nos **dois dias** úteis subsequentes à data de recebimento do comunicado. No caso de o candidato não atender ou recusar a vaga, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.
4. O candidato convocado poderá desistir da vaga, definitivamente ou temporariamente. No caso de desistência temporária, o candidato poderá renunciar a sua classificação e passará a posicionar-se em último lugar na lista dos aprovados, aguardando nova convocação, que poderá ou não se efetivar no período de validade desse processo seletivo. A desistência, definitiva ou temporária, poderá ser feita por meio de correio eletrônico enviado à Secretaria em qualquer momento antes da convocação ou em até 2 (dois) dias úteis subsequentes à data do recebimento da convocação pelo candidato.
5. As informações sobre o Processo Seletivo constantes deste Edital, os respectivos gabaritos e a classificação final dos candidatos, poderão ser obtidos no site: <http://mpm.mp.br/concursos-estagiario/>
6. O candidato que desejar interpor recurso contra o Gabarito Oficial ou contra a lista de classificação deverá dirigir-se à Secretaria da Procuradoria da Justiça Militar em São Paulo, até dois dias úteis após a publicação. O recurso deverá, obrigatoriamente, ser interposto e assinado pelo próprio candidato, em formulário a ser fornecido pelo MPM.
7. O recurso será respondido por comissão examinadora em até 10 dias úteis, contados da data de sua interposição.
8. Para fins de ingresso, os candidatos serão convocados a comparecer na Procuradoria de Justiça Militar de São Paulo, observando a classificação na portaria de homologação do resultado final, devendo apresentar no ato os seguintes documentos:
 - a) documento original de identidade (com foto) e CPF;
 - b) declaração de escolaridade emitida pela instituição, constando a série/semestre/ano que o candidato está cursando;
 - c) atestado médico comprovando a aptidão clínica para realização das atividades de estágio. Se o serviço médico entender necessários exames complementares, poderá requisitá-los ao candidato, fundamentando a decisão.

d) comprovante de quitação com as obrigações militares, para estudantes do sexo masculino, e eleitorais para estudantes de ambos os sexos, maiores de 18 anos.

9. Os candidatos convocados serão entrevistados pela chefia imediata da área correspondente à realização do estágio ou pessoa por ela indicada, não sendo permitida a submissão do estagiário a novas provas, testes ou congêneres.

10. A não-apresentação de qualquer um dos documentos relacionados no item 8, ou incompatibilidade destes com as informações prestadas no formulário de inscrição, levará à eliminação do candidato do processo seletivo.

11. É vedada, em qualquer forma de estágio, a contratação de estagiário para atuar sob orientação ou supervisão direta de membros do Ministério Público Militar ou de servidor investido no cargo de direção, de chefia ou de assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, inclusive.

CAPÍTULO VII

DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

1. O processo seletivo terá validade de **1 (um)** ano, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a contar da data de divulgação do resultado final.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A aprovação e classificação geram para o candidato apenas a expectativa de contratação. O Ministério Público Militar reserva o direito de proceder às contratações em número que atenda à conveniência administrativa, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

2. As demais seções da PJM/São Paulo deverão prestar o apoio necessário à Secretaria Administrativa para a realização do Processo Seletivo, se necessário.

3. Os casos omissos serão decididos pelo Procurador de Justiça Militar da Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo/SP.

ALEXANDRE JOSÉ DE BARROS LEAL SARAIVA
Procurador de Justiça Militar

Anexo I

PROGRAMA DE ESTUDOS

I – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CURSOS – LÍNGUA PORTUGUESA – 10 questões

Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Pontuação.

II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ADMINISTRAÇÃO – 20 questões

1. Teoria Geral da Administração: Principais Escolas da Administração e suas contribuições teóricas;
2. Processo Organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação;
3. Clima e Cultura Organizacional;
4. Teorias de liderança;
5. Teorias Motivacionais;
6. Noções básicas de Administração Pública: 6.1 Princípios – art. 37 da Constituição Federal; 6.2 Licitação: Conceito. Modalidades: Concorrência, tomada de preço, convite e pregão. Dispensa e inexigibilidade; 6.3 Noções de Orçamento Público: Conceito. Princípios orçamentários: legalidade, unidade, universalidade, anualidade, exclusividade. Estágios da Despesa: empenho, liquidação e pagamento.

III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – DIREITO – 20 questões

Direito Penal

1. Princípios do Direito Penal.
2. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço.
3. Teoria do crime. Conceito de delito. Conduta punível. Relação de causalidade. Dolo e culpa. Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Consumação, tentativa, desistência voluntária, arrependimento eficaz e crime impossível. Erro de tipo e erro de proibição.
4. Exclusão da ilicitude.
5. Imputabilidade penal.
6. Concurso de pessoas.
7. Lesões corporais.
8. Crimes contra a honra.
9. Crimes contra a liberdade pessoal: constrangimento ilegal e ameaça.
10. Crimes contra o patrimônio: furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato e receptação.
11. Crimes contra a fé pública: falsificação de documento público, falsificação de documento particular, falsidade ideológica e uso de documento falso.
12. Crimes contra a administração pública: peculato, concussão, corrupção passiva, corrupção ativa, prevaricação, desobediência, desacato, denúncia caluniosa, comunicação falsa de crime, falso testemunho e coação no curso do processo.
13. Noções dos crimes ligados ao tráfico ilícito e ao uso indevido de substâncias entorpecentes.

14. Noções dos crimes de tortura.

Direito Processual Penal

1. Inquérito policial.
2. Ação penal.
3. Questões e processos incidentes.
4. Prova.
5. Prisão e liberdade provisória.
6. Recursos: disposições gerais, recurso em sentido estrito, apelação, embargos, revisão, recurso extraordinário.

Direito Constitucional

1. Poder Judiciário: órgãos. Princípios do Estatuto da Magistratura. Garantia dos juízes. Vedações. Competência privativa dos tribunais. Declaração de inconstitucionalidade.
2. Supremo Tribunal Federal. Organização e competência. Recurso extraordinário.
3. Conselho Nacional de Justiça: composição, organização e competência.
4. Superior Tribunal de Justiça. Organização e competência. Recurso Especial.
5. Tribunais e juízes militares.
6. Ministério Público. Fins. Princípios institucionais. Funções. Ingresso na carreira. Ministério Público da União e sua composição. Conselho Nacional do Ministério Público.
7. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Do Conselho de Defesa Nacional.
8. Segurança Pública.

Legislação aplicada ao MPU (MPM).

Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
Controle externo na atividade policial.

Anexo II

INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP
Faculdade de Informática e Administração Paulista - FIAP
Fundação Getúlio Vargas - FGV
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP
Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU
Universidade de São Paulo - USP
Pontifícia Universidade Católica - PUC
Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo
Faculdade São Judas Tadeu
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS
Instituto Presbiteriano Mackenzie